


Diário Económico - Principal PS deixa cair polémica lei dos portos Autor: Márcia Galvão	Id: 853537 Data Publicação: 15-07-2009 Fonte: Jornal Edição: 4672	Página: 1 Tiragem: 24107 Periodicidade: Diária 2ª a 6ª Idioma: Português	País: Portugal Âmbito: Nacional Altura x Largura: 4,5cm x 5,77cm Media Value: 1569 EUR	 newSearch
---	--	---	---	---





Diário Económico Quinta-feira 15 Julho 2009

POLÍTICA

LEI DOS PORTOS LEVOU 200 ESTIVADORES A MANIFESTAREM-SE FRENTE À ASSEMBLEIA

Nas contas, existiram uma única frase: "Don't fuck my job" e com eles traziam tochas, petardos e um rol de insultos para o Governo e para José Sócrates. Os estivadores dos portos de Lisboa, Viária do Castelo, Figueira da Foz, Aveiro, Lisboa e Sines lançaram a confusão, na quarta-feira, à porta da Assembleia da República. Enquanto lá dentro os deputados discutiam sobre Lei dos Portos, cá fora, os trabalhadores deixavam graves insultos no primeiro-ministro. Em resposta, José Sócrates disse, apenas, que "não é dever de um político dar lições de boa educação". Ao lado de técnicos, deputados de todos os partidos reagiam indignados à manifestação, em directo, no Twitter. Os estivadores tinham um novo prévio de greve para 21, 22 e 23 deste mês.



Socialistas deixam cair a lei dos

Argumento oficial foi a "falta de tempo para audições", mas desde sexta-feira que os sindicatos sabem

Márcia Galvão
marciagalvao@escreva.pt

O PS deixou cair a nova Lei dos Portos e da Navegação Marítima. Deixou a dizer que, na semana passada, levaram para dentro da Assembleia da República centenas de estivadores, numa manifestação virando de lado a Sócrates e ao Governo.

Oficialmente, o argumento usado é o de que "não há tempo suficiente para discutir com a serenidade que se deve ter" estas matérias, explicou o deputado socialista Jorge Fão, ontem, na Comissão de Obras Públicas. Mas o Diário Económico sabe que, na passada sexta-feira, o Governo reuniu com os sindicalistas portuários de Aveiro e Lisboa e a UGT para discutir as alterações e terá admitido logo que os diplomas não iriam ser aprovados nesta legislatura. Ao que confidenciosamente

Diário Económico, o secretário-geral da central sindical João Pinheiro, disse depois "não vai qualquer acordo quanto à renúncia de lei".

Recorda-se que uma greve dos estivadores custaria ao país 500 mil euros por dia neste grupo de trabalhadores inscritos logo na quinta-feira que estava disposto a paralisar se as suas reivindicações não fossem atendidas. Uma situação que a pouco mais de dois meses de eleições tem fragilizar o Governo de Sócrates.

Com ou sem interferência dos sindicatos, a partir do momento em que na sexta-feira o PS pediu para que os diplomas fossem à especialidade sem votação, o processo ficou praticamente paralisado. Já por que, Jorge Gama, presidente da Assembleia, deu ordem para que até dia 20, segunda-feira, fossem as relações finais de lei

"Não há tempo suficiente para discutir estas matérias" com a serenidade que se deve ter", disse o socialista Jorge Fão.

estarem prontos para que possam ser votadas no último plenário da legislatura a dia 21. Um período que tornaria impossível reunir todas as entidades representadas no Parlamento sobre a Lei dos Portos.

O PS ainda começou por propor na comissão que se constituísse um grupo de trabalho que realizasse as audições necessárias, mas depois de insistentes pedidos do presidente Miguel Fraquilho para que houvesse razoabilidade e se aceitasse a inexistência de tempo para concluir o processo até ao fim de legislatura, os socialistas retiraram a proposta.

A nova Lei dos Portos sai-lhe sem único documento legislativo regulamentar que estruturam todo o sector portuário. Os debates foram adiados, para as comissões laborais dos trabalhadores e para a forma como poderão ser

feitas as alterações da actividade portuária, que segundo a oposição abre a porta ao apelo directo e à renovação sem controlo.

Com a decisão de não discutir os dois diplomas na especialidade, as propostas caíram. O que significa que, caso o PS queira voltar a discutir em na próxima legislatura, terá que reapresentá-las. O mesmo acontece com a alteração para que o Governo altere o Estatuto das Estradas Nacionais e que também não será aprovado no âmbito durante este mandato. No entanto, a mesma não poderá ser retirada de competência dos municípios, pelo que todos os partidos concordaram na necessidade de se ouvir, pelo menos, a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Também aqui, a falta de tempo não basta para tirar a lei do domínio para a greve. ■ Com S.R.



Portos

que a lei não vai avançar.

Lei estava pronta "há mais de um ano"

O "timing" para apresentação da lei nova dos Portos, no final da legislatura, foi "uma escolha do Governo". Quem o garante é o advogado Alexandre Albuquerque & Associados, uma das sociedades envolvidas na elaboração do anteprojecto de lei. Um documento que "está pronto há mais de um ano", segundo avança ao Diário Económico. Por isso, a jurista defende que, "do ponto de vista económico, se houvesse vontade e coragem política estas reformas tinham até ao fim porque "não são 200 homens que podem parar o país". Alexandre Albuquerque explica ainda que a guerra entre os legisladores e o Governo em relação à nova lei é "por algo que não existe": "Eles clamam por duas coisas: a utilização dos trabalhadores portuários nas

futuras plataformas logísticas e também na movimentação das cargas dos pequenos contentores, que, no acima possam dirigir-se a essas futuras plataformas, que ainda não existem. Quanto dizem que estão em causa os postos de trabalho, não é verdade". S.R.



A altura para apresentar a proposta foi a escolha do Governo que a Lei dos Portos está pronta há mais de um ano", garante Alexandre Albuquerque.